

96

ARTIGO

TERRITÓRIOS EM
DISPUTA: O PAPEL
DA PESQUISA
ETNOARQUEOLÓGICA
NOS ESTUDOS DE
IDENTIFICAÇÃO E
DELIMITAÇÃO DAS
TERRAS INDÍGENAS
GUARANI ÑANDEVA
NO SUDESTE DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Robson Rodrigues¹

1- Doutor em Arqueologia pelo MAE/USP e Pós-Doutor em Antropologia pelo CEIMAM/FCL/UNESP.
GEA/CEIMAM/FUNDAÇÃO ARAPORÃ.
robson_arqueo@yahoo.com.br

RESUMO

Em diferentes períodos históricos as terras da região sudeste paulista eram habitadas por populações indígenas Guarani e que durante o processo de colonização foram transferidas para a Terra Indígena Araribá, município de Avaí, região de Bauru, centro oeste do estado, local da criação de um dos primeiros aldeamentos oficiais do SPI. O próprio deslocamento Guarani pelo seu Território demonstra que eles sempre foram da região estudada e que não chegaram por acaso ao local. As migrações aconteciam anteriormente à chegada dos europeus, constituindo-se em aspectos próprios da cultura Guarani. O que se pretende desenvolver nesse artigo é o entendimento de aspectos da dinâmica de ocupação Guarani Nãndeva no vale do rio Itararé, além de informações sobre o grupo no que diz respeito a dados etnoarqueológicos sobre a ocupação das terras indígenas, tendo em vista os aspectos culturais, espaciais e temporais.

PALAVRAS-CHAVE: Guarani Nãndeva, Território, São Paulo.

ABSTRACT

In different historical periods the lands of the southeast of São Paulo were inhabited by the Guarani indigenous population, whom, during the colonization process, were transferred to the Indigenous Land Araribá, Avaí district, Bauru region, central west of the state, place of creation of one of the first official SPI villages. The Guarani movement within their territory, demonstrates that they always have been of the researched region and that they did not reach this place randomly. The migrations occurred before the Europeans reached the area, being part of the specific aspects of the Guarani culture. What we intend to develop in this article is the understanding of aspects of the Guarani Nãndeva occupation dynamics in the Itararé river Valley, including the informations of the group related to ethnoarchaeological data concerning the occupation of the indigenous lands, including cultural, spatial and temporal aspects.

KEY-WORDS: Guarani Nãndeva, Territory, São Paulo.

INTRODUÇÃO

A construção da realidade sociocultural do Estado de São Paulo, no contexto da América Latina não pode ser entendida sem a presença e a história dos povos Guarani. Este grupo étnico conhece perfeitamente a localização de suas áreas territoriais, estejam elas no Brasil ou em outro país. Além disso, o domínio dos Guarani sobre o seu território é anterior à divisão do mesmo efetuada entre portugueses e espanhóis.

Os Guarani, na função de guias, carregadores, escravos, catequistas, ao longo da colonização da América Latina, auxiliaram desbravadores, jesuítas, Coroas Portuguesa e Espanhola a conhecerem e explorarem os territórios que há muito lhes pertenciam.

Apesar da distância temporal que as afirmações acima parecem ter do presente, as pesquisas e entrevistas com moradores de Itaporanga e Barão de Antonina, região sudeste do estado de São Paulo, durante as pesquisas realizadas para identificação e delimitação das terras indígenas¹, mostraram claramente a presença dos Guarani naquelas paragens, ainda presente na memória de moradores vivos. Segundo estes atuais moradores locais, os Guarani viviam ali até por volta de 1950 e foram embora devido ao contínuo fluxo e povoamento de não-índio, além das perseguições a eles infringidas (Rodrigues et al, 2010).

No contexto histórico oficial do município de Barão de Antonina, anteriormente petendente à Itaporanga e, hoje, emancipado, em texto elaborado para a apresentação do município² se faz a menção de que suas terras pertenciam aos índios Caiuás existentes na região e que, posteriormente, foram

transferidos para a região de Bauru, onde se encontra a Terra Indígena Araribá, no município de Avaí, centro oeste do estado, e toda terra indígena destinada a formação do núcleo colonial, com a locação e demarcação dos lotes no ano de 1929, realizado pelo Departamento de Imigração e Colonização do Governo. O Hino Oficial do município também faz referência a respeito da ocupação Guarani em duas estrofes:

(...) Que num gesto de amor e grandeza

Aos Caiuás que viviam aqui

Doou tuas terras a esses brasileiros

Da natureza bravos guerreiros

Mata dos Índios foste outrora

Do rio Verde e Itararé

Vales e serras paragens belas

Que nunca se viu por aí (...) (PMBA, 2010)

Historicamente, o próprio deslocamento Guarani pelo seu território prova que eles são da região estudada e que não chegaram por acaso ao local. As migrações aconteciam anteriormente à chegada dos europeus, constituindo-se em aspectos próprios da cultura Guarani, claro que o objetivo se transmutou devido a anos de contato com o não-índio. Antes era uma busca por matas e rios, pela necessidade de renovar as fontes de alimentos e, com os anos de contato, teria se transmutado para a busca da terra sem mal, no intuito de evitar os cataclismos na terra (dilúvios, desmatamentos, incêndios), ou mesmo a visita aos parentes. Afinal, aos Guarani concerne um sistema econômico e social que resguarda o ambiente ao qual se insere.

Apesar de no passado terem vivido em um vasto território (boa parte do que hoje é a região sul, sudeste e centro-oeste do Brasil), atualmente, devido ao longo processo de colonização do país e a exploração capitalista das terras, o sistema de aldeamentos, as perseguições de bugreiros, perseguições

1- O grupo de pesquisa que realizou os estudos foi composto por equipe multidisciplinar e contou com um arqueólogo, duas historiadoras, uma etnóloga, uma bióloga, um engenheiro ambiental e um engenheiro agrimensor.

2- www.baraodeantonina.sp.gov.br

várias e a própria tutela realizada pelo governo brasileiro, através da criação, em 1910, do órgão SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e, em 1967, da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), os Guarani encontram-se confinados, recolhidos, em pequenas aldeias reconhecidas ou não pela administração federal.

O sistema capitalista, caracterizado principalmente pelo individualismo, pela exploração do meio ambiente e pela propriedade privada, avançou em quase toda parte das antigas terras Guarani, deixando-lhes pouca ou nenhuma opção de vida e de movimento relacionado com sua forma étnica.

Por meio de sua organização política, por sua vez, passaram a lutar pela manutenção de sua identidade e retomada de seus territórios, aldeias e aldeamentos, em geral usurpados pelos não-indígenas e, muitas vezes, regularizados pelos Governos Estaduais (caso ocorrido em Barão de Antonina e Itaporanga), em um franco desrespeito a imemorialidade desses povos quanto ao seu direito originário às terras indígenas que lhes são necessárias para sua sobrevivência física e cultural à qual têm direito conforme artigo 231, da Constituição Federal de 1988, na qual é enfática e clara:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Em um movimento recente e para fazer valer este artigo da CF/1988, os Guarani Nãndeva se deslocaram da Terra indígena Araribá, para as Terras Indígenas de Itaporanga e Barão de Antonina no intuito de retomar parte de seu antigo território.

Durante esses longos e sofridos séculos e apesar das perdas, os Guarani continuaram lutando por sua liberdade de ir e vir e pela manutenção da identidade e do território

nos parâmetros exigidos por sua cultura.

Ao longo da pesquisa pretendeu-se destacar como se manifestou a presença Guarani na localidade ora reivindicada com a denominação de Terra Indígena Itaporanga e Terra Indígena Barão de Antonina, bem como, as muitas perseguições e imposições dos não-indígenas àquele povo, fruto do etnocentrismo e do sistema capitalista (Rodrigues et al, 2010).

No decorrer da pesquisa desenvolvemos uma análise caracterizando o Território Guarani, explanando a localização geográfica e histórica deste povo no Brasil e em outros países, as suas migrações míticas e ancestrais por esse Território, a sua presença na região atualmente reivindicada e que consta desde o período pré-colonial, os embates com os não-índios e o confinamento em aldeamentos, apresentando a vida no aldeamento de São João Baptista do Rio Verde em paralelo ao controle ou tentativa de controle efetuado pelos não-índios. Além de discutir sobre o povoamento não-indígena e a retomada dos territórios Guarani, com base na memória oral de depoentes Guarani e não-índios, para relatar a questão fundiária na Terra Indígena Itaporanga e Terra Indígena Barão de Antonina, propondo uma delimitação territorial que dará conta de possibilitar a reprodução física e cultural dos grupos Guarani que hoje ocupam a região do vale do rio Itararé (Rodrigues et al, 2010).

Informações a respeito da ocupação Guarani Nãndeva no contexto do vale do rio Itararé, além de informações sobre o grupo no que diz respeito a dados históricos sobre a ocupação das terras indígenas, tendo em vista os aspectos espaciais e temporais. Elementos a respeito do território ocupado pelo povo Guarani Nãndeva na região de Itaporanga e Barão de Antonina, enfatizando sua permanência habitacional, foram sistematizados para caracterizar sua

rado pelos pesquisadores como sendo a porta de entrada dos Guarani para os atuais estados de São Paulo, Paraná e sul do Brasil. Quando da chegada dos europeus na região da bacia do Paraná, estimava-se que existiam mais de duzentos mil indígenas ocupando toda a região (Mota, 2007; Noelli, 2000 e Brochado, 1984).

Como bem indicam as pesquisas arqueológicas, assentamentos de grupos Guarani ocorreram ao longo de todo Paranapanema e seus afluentes e várias evidências apontam para uma grande intensidade de sua ocupação. Prospecções extensivas desenvolvidas na região levaram à identificação de mais de cem sítios arqueológicos, não deixando dúvidas quanto a intensidade com que se processou a ocupação de todo o vale por parte deste povo (Robrahn-González, 2000; Santos E Faccio, 2007).

Associado ao elemento material das pesquisas arqueológicas, definido pelas cerâmicas e líticos polidos, pesquisas etnobiológicas e de história indígena vem demonstrando que os territórios de domínio de alguns povos Tupi eram lentamente conquistados, manejados e longamente usufruídos (Noelli E Dias, 1995). Noelli (1993), ao analisar os processos de ocupação territorial do povo Guarani, apresenta como termo mais adequado para definir os deslocamentos deste povo pelos territórios que iam ocupando, o conceito de expansão territorial.

É certo, porém, que as datações arqueológicas associadas aos elementos materiais da cultura Guarani mostram que este povo já estava instalado na bacia do Paranapanema, desde 2.000 AP (Morais, 2000:215).

De acordo com as datações já realizadas para o contexto do município de Itaporanga, o processo de ocupação espacial através do tempo por parte do povo Guarani, desde a data mais antiga até a mais recente, corresponde às principais datas 1870+/-100 (Bro-

chado, 1973 apud Noelli, 2000:250), 1.195+/-80 (Brochado, 1973 apud Noelli, 2000:250) e 850+/-150 (Brochado, 1973 apud Noelli, 2000:250). Estas informações apontam para uma continuidade ocupacional desta área, só sendo interrompida com a presença europeia no período colonial.

Os Guarani realizam seus movimentos, seja para visitar parentes ou mesmo religiosos em direção a serra do mar no litoral paulista desde tempos imemoriais. Entre o povo Guarani, o deslocamento populacional num determinado território, constitui-se numa das características de sua forma de vida, de sua forma de ser. As migrações acontecem dentro de limites geográficos que lhes são muito claros e se realizam em caminhadas e em visitas aos parentes, principalmente (Rodrigues, 2001).

O contato com os não-índios teve influência sobre os povos indígenas, especialmente sobre os seus deslocamentos populacionais. Doenças como a gripe, o sarampo, e outras, adquiridas pelo contato com “civilizados” bem como a forma de vida capitalista-individualista, empecilho à realização do modo de ser Guarani, provocaram a depopulação, certo sedentarismo nas periferias de centros urbanos que se construíram em seus antigos territórios e, de certa forma, acentuou o deslocamento geográfico dos que são sobreviventes para áreas menos procuradas pelos não-índios.

A frequência desses deslocamentos, determinada também pelas más condições de realização do ser Guarani, se modificou gerando também ajuntamento de grupos que antes tinham seus espaços próprios.

Toda a sorte de dificuldades à realização do modo de ser Guarani, causadas pelo contato com os não-índios, estimulou a busca da terra sem males no plano da realidade objetiva e não apenas da espiritualidade Guarani. Grupos de Guarani deixaram de

voltar para lugares que lhes era familiar devido à penetração e à apropriação desses lugares pelo sistema capitalista, realizada pelos não-índios (Rodrigues et al., 2010).

No início do século XX, o etnólogo e funcionário do governo federal no Serviço de Proteção aos Índios – SPI, Curt Nimuendaju Unkel, que viveu e acompanhou por mais de 40 anos os povos Guarani e seus deslocamentos, principalmente no Estado de São Paulo, registrou as vicissitudes e as migrações Guarani ocorridas no século XIX e princípio do século XX, período de acirramento da apropriação dos territórios Guarani em São Paulo pelos fazendeiros do café, incluindo dentre esses o Barão de Antonina.

Segundo Curt Nimuendaju,

Pajés, inspirados por visões e sonhos, constituíram-se em profetas do fim iminente do mundo; juntaram à sua volta adeptos (...) e partiram em meio a danças rituais e cantos mágicos, em busca da “Terra sem Mal”; alguns a julgavam situada, conforme a tradição, no centro da terra, mas a maioria a punha no leste, além do mar. Somente deste modo esperavam poder escapar à perdição ameaçadora (Nimuendaju, 1987:8 e 9).

Nesse período, o interior do Estado de São Paulo e outras regiões do Brasil, eram objeto de conhecimento e registro pelas Comissões Geográficas e Geológicas e pelas equipes de reconhecimento de território e de povos dirigidas pelo Marechal Rondon. Comissões e equipes que preparavam o espaço, derrubando florestas, reconhecendo cursos de rios, montanhas, instalando telégrafos e contactando povos indígenas para que pudessem então receber agricultores e extrativistas nacionais. Toda essa gente trazia para os Guarani, doenças e devastação, tornando a realidade para esses indígenas ameaçadora e apocalíptica.

Segundo registros de Nimuendaju, no século XIX, a marcha dos Guarani Tañyguá (1820), vizinhos meridionais dos Guarani Apapocúva, liderados pelo pajé-chefe Ñanderyquyní, seguiu a rota descrita abaixo:

Subiram lentamente pela margem direita do Paraná, atravessando a região dos Apapocúva até chegar à dos Oguauíva, onde seu guia morreu. Seu sucessor, Ñanderuí, atravessou com a horda o Paraná – sem canoas, como conta a lenda –, pouco abaixo da foz do Ivahy, subindo então pela margem esquerda deste rio até a região de Villa Rica, onde, cruzando o Ivahy, passou-se para o Tibagy, que atravessou na região de Morros Agudos. Rumando sempre em direção ao leste, atravessou com seu grupo o rio das Cinzas e o Itararé até se deparar, finalmente, com os povoados de Paranapitinga e Pescaria na cidade de Itapetininga, cujos primeiros colonos nada melhor souberam fazer que arrastar os recém-chegados para a escravidão. Eles, porém, conseguiram fugir, perseverando tenazmente em seu projeto original, não de volta para o oeste, mas para o sul, em direção ao mar. Escondidos nos ermos das montanhas da Serra dos Itatins fixaram-se então, a fim de se prepararem para a viagem milagrosa através do mar à terra onde não mais se morre (Nimuendaju, 1987:9-10).

Os não-índigenas, sabendo da proximidade destes índios, se prepararam para expulsá-los. Os Tañyguá, por sua vez, com o auxílio de Avavuçú, seu melhor guerreiro, revidaram armando uma emboscada na desembocadura do Rio do Peixe no Itariri, “infligindo-lhes perdas que os rechaçaram”. Posteriormente, com a mediação do guarani chamado Capitão Guaçú, estabeleceu-se “relações amistosas” entre os Tañyguá e os não-índios, recebendo, os Tañyguá, “em 1837, do Governo Imperial, uma légua quadrada de terra no rio do Peixe e no rio Itariry” (Nimuendaju, 1987:10).

Como resultado dos contatos entre Tañyguá e não-índios notou-se a diminuição quase imediata do grupo, devido às epidemias e à miscigenação, bem como a posterior perda das terras indígenas Guarani do Itararé para os grupos de não-índios.

Elliot (apud Lima, 1978) verificou que em 1830 apareceu, nas vizinhanças da Vila de Itapetininga (distrito de Itapeva), uma porção de índios Guarani, provenientes da área compreendida entre os Rios Ivinhema e Iguatemy (ao sul do Mato Grosso). Apesar de a referência citar, genericamente, índios

Guarani, é bem provável que sejam os Tañyguá em sua migração.

Em 1833, um outro grupo de índios Guarani foi localizado nas matas do rio Juquiá (sul da Província de São Paulo). Estes índios, na década de 1840, também foram confinados no aldeamento de Itariri, em Iguape, litoral da então Província de São Paulo.

Nimuendaju destacou que os Tañyguá ao passarem pelo território dos Oguauíva (o Mbaracay) perceberam que aqueles não sabiam as danças religiosas relacionadas ao mito da “terra sem mal”. Ao aprenderem com os Tañyguá, logo em seguida os Oguauíva iniciaram a sua migração.

Em 1830 a sua caminhada foi igualmente interrompida na grande estrada de São Paulo ao Rio Grande do Sul, na região de Itapetininga. Os Oguauíva então retrocederam um pouco na direção oeste, até entre os rios Taquary e Itararé, vivendo em bons termos na fazenda Pirituba, do Barão de Antonina, que solicitou ao governo um missionário para eles. Em 1845 este chegou, na pessoa de Frei Pacífico de Montefalco, que fundou no Rio Verde a missão São João Baptista, atual Itaporanga (Nimuendaju, 1987:10-11).

Os índios que caminhavam pela Comarca de “Coritiba” estabeleceram três aldeias próximas uma das outras nas adjacências dos Rios Paranapanema, Itararé e Verde,

sendo esses dois últimos afluentes do primeiro. No ano de 1843, no município de Itapeva, havia uma aldeia situada à margem esquerda do Rio Verde (“aldeia indígena do Capitão Manal”) e outra à direita do Rio Itararé. Estas aldeias distavam uma légua entre si e doze léguas da residência do Barão de Antonina. “Esta aldêa com vinte e tantas casas está vantajosamente situada no lado esquerdo do rio Verde, tendo a poente uma outra aldêa pouco menor debaixo dos mesmos auspícios”. Na Comarca de Coritiba, um pouco distante do Rio Itararé, havia uma terceira aldeia Guarani, que foi destruída num embate com os “Guayanazes”. Do embate sobreviveram 28 índios que se juntaram a uma das aldeias citadas (Nimuendaju, 1987).

Assim, os deslocamentos dos Guarani, no século XIX, para a região do Itararé foi influenciado pela presença de seus parentes por aquelas paragens, pois, as aldeias mencionadas e os muitos vestígios arqueológicos indígenas nessa área sugerem diferentes datações para os povoamentos indígenas. É importante frisar a importância do deslocamento Guarani em busca da Terra Sem Mal e das visitas aos parentes, pois esses fatos ocorrem em terras reconhecidas na memó-

ria desses povos, se configurando em seus antigos territórios.

De acordo com as informações registradas por Nimuendaju (1987) em seu mapa etno-histórico, os Guarani já estavam ocupando as terras entre os rios Itararé e Verde, onde hoje está o município de Itaporanga, no período anterior ao ano de 1830.

A área em questão, durante o século XIX, es-

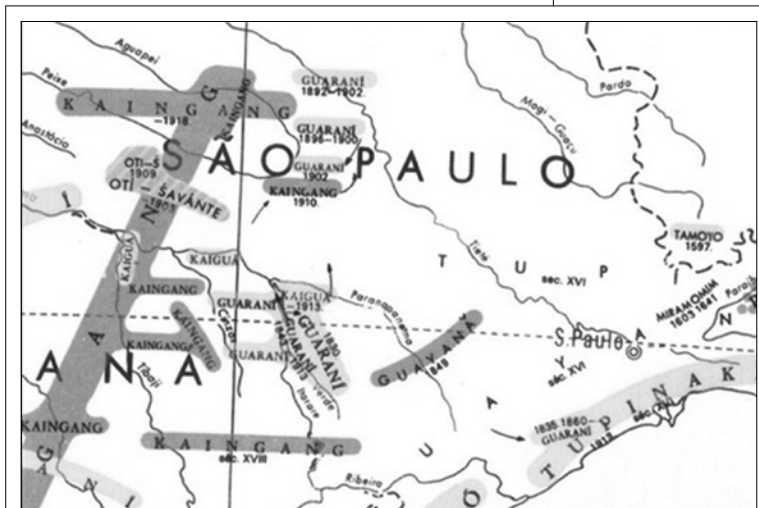


FIGURA 2: Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju identificando o território Guarani onde hoje se encontra o município de Itaporanga

tava sob a órbita do que seria, a partir de 1853, divisa entre as duas províncias – São Paulo e Paraná – território tradicionalmente Guarani. Os interesses dos não-índios eram vários: apossar-se das terras dos indígenas para estabelecimento da lavoura e da pecuária capitalista; transformação do indígena em mão-de-obra barata; criação de rotas de comunicação, transporte e comércio entre Mato Grosso, São Paulo e Paraná; proteção das fronteiras face aos vizinhos estrangeiros. Região de aldeias e de caminhadas Guarani, essa era objeto de implantação de políticas capitalistas.

Para poder se fixar naquelas paragens, os não-índios, tendo conhecimento dos conflitos deles com os grupos indígenas Kaingang, que também viviam nesse território, aliam-se aos Guarani e expulsam os Kaingang. Isso feito, os não-índios rompem o pacto celebrado e passam a expulsar, perseguir e escravizar os Guarani que já se encontravam enfraquecidos devido às doenças, da qual não possuíam imunidade.

Segundo Frei Nelson Berto (1983:01), as tentativas do governo de criar missões indígenas para controlar os deslocamentos indígenas na Província de São Paulo fez com que os parentes Guarani viessem da Comarca de Coritiba, devido aos conflitos que travaram com os Kaingang por lá.

Em relação ao conflito Kaingang e Guarani, o que se observa é a rivalidade dessas duas etnias, com os Kaingang muitas vezes vencendo os Guarani. Entretanto, isso não ocorreu na região de Itapetininga, pois os Guarani uniram-se aos não-índios com o intuito de manter longe os grupos indígenas Kaingang, também habitantes da região, que se tornaram “o inimigo comum” para Guarani, posseiros, fazendeiros e agrimensores (Rodrigues et al, 2010).

Os colonos não-índios do Médio e Alto Vale do rio Paranapanema, dos Vales dos

rios Itararé, Verde, Apiaí, Apiaí-Mirim, Itapetininga, Turvo e Taquari (todos eles com nomes de origem Guarani) perceberam a vantagem do uso dos históricos conflitos étnicos entre Kaingang e Guarani para, literalmente, ganharem terreno. Os Kaingang sobreviventes do conflito desse período, século XIX, uniram-se aos grupos de Salto Grande do Paranapanema e àqueles que viviam nos Vales dos rios Feio Aguapeí e do Peixe (Rodrigues, 2003).

No entanto, no decorrer do relacionamento, as contrapartidas do não-índio foram rareando. Dessa forma, os Guarani perceberam que haviam sido enganados pelos não-índios, pois esses queriam apenas a liberação de mais terras e a expulsão dos Kaingang. Conseguindo esse intento descuidaram da aliança e das promessas feitas aos Guarani. Por outro lado, os Guarani, após a aliança feita, precisavam muito mais da assistência, pois estavam doentes, sujeitos à vingança dos Kaingang e com dificuldades para viverem conforme suas premissas culturais (economia, língua, imaginário, costumes, pensamento) devido à presença crescente e constante dos colonos (fazendas e cidades), suas plantas (café, cana) e seus animais (gado bovino, eqüino, cachorros).

A aliança dos Guarani com os não-índios teve como conseqüências, entre outras, as doenças já mencionadas e a escravidão, óbvia ou dissimulada, de Guarani na região de Itapetininga, Salto Grande e Itapeva (Pinheiro, 1992; Saint-Hilaire, 1972; Lima, 1978).

Famílias Guarani ou indivíduos viviam agregados às terras que se tornaram propriedades dos não-índios, servindo às famílias na casa ou na fazenda. Alguns grupos, mais isolados, deixaram até hoje vestígios, dessa fase do relacionamento, que podem ser vistos na denominação de Mata dos Índios para uma propriedade onde eles então viviam.

Essa região denominada Mata dos Índios é bem conhecida pela população da região do município de Itaporanga. Assim que os atuais proprietários souberam do retorno dos Guarani para a região, eles removeram a placa, mas deixaram os palanques que foram fotografados por esse Grupo de Trabalho (Rodrigues et al, 2010).

A comissão técnica da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, criada pela Secretaria de Agricultura para evitar um conflito maior entre índios e posseiros, identificou e delimitou um grande terreno conhecido por Mata dos Índios que “*iniciava-se aproximadamente a dois quilômetros da cidade do Rio Verde, estendendo-se até a confluência dos rios Verde e Itararé. Coberto de espessas matas era habitado nas margens dos dois rios por índios e invasores brancos*” (Mendes, 1996:79).

O mapa etnográfico organizado por Hermann Von Ihering (1911) identifica a Mata dos Índios e outros assentamentos da ocupação Guarani na área definida entre os rios Itararé e Verde, hoje município de Itaporanga.

O interesse em ocupar terras indígenas por parte da expansão colonizadora na re-

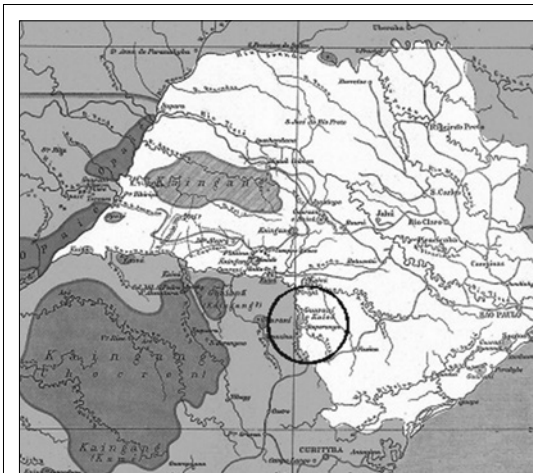


FIGURA 3: Mapa etnográfico de Von Ihering identificando o território Guarani onde hoje se encontra o município de Itaporanga

gião se intensificou a partir dos anos 80 do século XIX, o que desencadeou uma sequência de iniciativas com a finalidade de expropriação total do território Guarani.

De acordo com Mendes (1996), Jorge Seckler identifica a fertilidade do solo e lamenta a ocupação indígena por não explorá-lo a contento: “*Entre o Itararé e o rio Verde há um extenso terreno de superior qualidade, muito próprio para a cultura do café, todo livre de geada. Mede 33 quilômetros de comprimento sobre 3 quilômetros de largura. Este terreno é ocupado pelos índios que pouca plantação fazem*” (Mendes, 1966:78).

A ocupação indígena nesta região sempre foi contínua e ininterrupta e o processo de expropriação das terras Guarani se deu em etapas e durou mais de vinte anos.

Segundo Nimuendaju (1987), e outros documentos consultados, os Guarani aceitaram o “auxílio” oferecido pelo latifundiário e político Barão de Antonina pelo temor que os Guarani tinham em relação aos Kaingang, pois haviam estabelecido aldeias próximas aos rios Verde e Itararé, durante a realização de seus movimentos migratórios proféticos. Mas, segundo Amoroso, o contato do Barão com os Guarani e o patrocínio de aldeamentos “*foram concebidos como uma solução para o povoamento do sertão meridional, perigosamente desguarnecido às vésperas da Guerra do Paraguai*” (Amoroso, 1998:41). Sendo, portanto, de interesse do governo manter os Guarani na região.

Hoje encontramos por todas as áreas dos dois municípios relatos da população local sobre a presença dos Guarani na região, bem como outras evidências como o aparecimento de objetos e utensílios arqueológicos, plantas sagradas e medicinais usadas por esse antigo povo e, que após a sua passagem pelo local, elas nascem, espontaneamente, por toda parte, especialmente onde eles viveram mais intensamente, como é o caso da

planta do tabaco, usada nos rituais sagrados e encontrada pelos pastos da região, bem como outras apontadas pelos moradores locais como medicinal e que seu uso foi aprendido com a tradição Guarani (Rodrigues et all, 2010).

No entanto, há outros documentos que destacam que os Guarani da região foram procurados pelo Barão de Antonina, que possuía o interesse claro em utilizá-los como mão de obra em sua fazenda e como guias nas expedições exploradoras que promovia. Segundo Pinheiro, o ato adicional de 12/08/1834 deu às Assembléias Legislativas Provinciais o direito de legislar sobre catequese e civilização dos índios, juntamente com o Governo Central. Esse fato transfere para a iniciativa privada local a conquista dos territórios e o controle das comunidades tribais (Pinheiro, 1992:196).

Em 1845, foi fundado pelos Guarani, com apoio do Barão, o aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, na confluência dos rios Verde e Itararé. Além de viverem nesse local, alguns o utilizaram como lugar de passagem em suas caminhadas e outros ainda, como local de abastecimento de “bens civilizados”.

No final do século XIX, nota-se uma euforia para que fosse povoada por não-índio e utilizada sob a forma capitalista a área territorial que até então estava sob domínio da forma de uso indígena. O Barão, a Igreja Católica, a constituição de vilas e cidades e os agrimensores e bugreiros eram os atores da transformação almejada pelo poder público e particular.

O aldeamento de São João Baptista foi criado, bem como, outros na região do vale do rio Itararé, mas, o movimento mítico-profético desse povo permanece ao longo dos séculos XIX e XX. Como já foi apontado, os aldeamentos criados seriam utilizados como ponto de apoio e parada nas ca-

minhadas Guarani. Sendo território por eles reconhecido, permaneciam o tempo que quisessem no local que lhes era de direito (Rodrigues et all, 2010).

Vários grupos Guarani seguiram o caminho dos Tañyguá e dos Oguauíva, entre eles, em 1870, estavam os Apapocúva. Segundo Nimuendaju (1987, p. 12) os pajés Apapocúva Guyracambí e Nimbiarapoñy rumaram para leste. Guyracambí tentou, por duas vezes, ir em direção ao mar, mas foi impedido pelas autoridades brasileiras, assim, ficou um período no aldeamento de Jatahy, na província do Paraná, “*onde fazia oposição aberta à catequese*” do missionário Timotheo de Castelnuovo, talvez devido à exploração da mão de obra indígena e imposição do modo de vida do não-índio aos Guarani, liderada pelo missionário cristão.

No Jatahy uma grande parte do seu bando desligou-se, buscando voltar para o rio Verde. Este novo bando estava sob a chefia de Honório Araguayraá, neto do afamado guerreiro Papayá que no princípio do século XIX foi o terror do Kaingýgn. Até o ano de 1892 ele estava na vizinhança dos Oguauíva, mas sem se misturar com estes, morando na parte mais setentrional do território indígena do rio Verde (Nimuendaju, 1987:12).

Nimuendaju (1987) afirmou que a documentação da terra doada pelo Barão de Antonina para a formação do aldeamento de São João Baptista foi perdida, e, isso auxiliou os não-índios nas usurpações que se seguiram. Parte desses índios, após dizimações por epidemias, mestiçagem e o desgaste das lutas contra as usurpações de suas terras, estabeleceram-se no Posto Indígena de Araribá, em 1912.

O aldeamento de São João Baptista do Rio Verde (1845) foi o primeiro a ser criado no Vale do Paranapanema. Depois dele, foram estabelecidos o de São Sebastião do Piraju (1854) e o de São Sebastião do Tijucu Preto (1864).

As áreas dos aldeamentos eram normalmente pequenas, pois a concepção que predominava junto aos responsáveis pela política que os introduzia, era de que os índios não necessitavam de tanta terra para sobreviver, bastava uma porção suficiente para o desenvolvimento da lavoura familiar e da pecuária de subsistência. Segundo documento oficial, do funcionário da província de São Paulo, responsável pela Diretoria Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, o aldeamento de São João Baptista do Rio Verde possuía duas léguas de largura e 3 a 6 de comprimento, o de São Sebastião do Piraju era formado por “*meia légua quadrada, pouco mais ou pouco menos*” e o de Itariri também era constituído da mesma quantidade de terra que o de Piraju (Rodrigues et al, 2010).

O Barão de Antonina, em 1843, comunicou ao Governo Imperial a existência de aldeias Guarani próximas a sua fazenda e a necessidade de fazê-las progredir. A idéia de progresso convergia com o estabelecimento de aldeamentos, comandados por freis capuchinhos, com o objetivo de catequizar e civilizar os indígenas. Ao Governo cabia, então, “*animar este estabelecimento, dar-lhe a consistência e o prestígio*” necessário para tornar-se auto-suficiente e criar condições de inseri-los na sociedade civilizada.

No intuito de convencer o Governo Imperial, Antonina apresentou os benefícios que proporcionaria um aldeamento de índios na região. Para tanto, sugeriu que as três aldeias constituíssem um único aldeamento, próximo ou do Rio Verde ou do Rio Itararé, constituído de todos os empregos que se fizesse necessário para o desenvolvimento do indígena ao encontro à civilização, ao seu “bem-estar” e, principalmente, ao seu posterior auxílio à sociedade. A pedido do Barão de Antonina, João H. Elliot, em 1845, elaborou um mapa da região, espaciali-

zando e delimitando o território Guarani onde hoje se encontram os municípios de Itaporanga e Barão de Antonina (Mendes, 1996).

O Barão afirmava que os índios ficariam acostumados com os hábitos civilizados, a ponto de se recusarem a voltar à “vida errante”, preferindo fixar-se em um local dotado das benesses da civilização. Aponta que o acolhimento destes índios em um aldeamento continuaria garantindo a proteção dos moradores locais em face de outros grupos indígenas, considerados ferozes, bem como serviria de exemplo para que outros índios, ao perceberem as vantagens de habitar neste estabelecimento, o procurassem também como moradia.

O próprio Barão, em 1845, enviou uma expedição para explorar os rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Tibagi, Ivahy e seus afluentes, assim como os sertões do entorno. O relatório produzido, a partir dessa expedição, apresentou pormenores dos contatos delineados entre índios e não-índios e a significativa presença indígena constatada pela expedição reforçou a idéia do Barão, de estabelecer aldeamentos na região (Rodrigues et al, 2010).

Em relação à realidade dessa época e que perdura até hoje, Nimuendaju afirma:

O Barão de Antonina apresentara os índios com a ponta de terra entre os rios Itararé e Verde; mas os documentos pertinentes desapareceram muito a propósito, e assim, também aqui os intrusos rapidamente prevaleceram, transformando a terra dos índios em trunfo no jogo sujo da politicagem regional. Todas as queixas por parte dos índios em São Paulo e Rio somente pioraram a sua própria situação (Nimuendaju, 1987:11).

Várias foram as expedições patrocinadas pelo Barão de Antonina que convergiram na atração de muitos índios Guarani que caminhavam, aparentemente dispersos pela região ou mesmo vindos de outras Províncias, por exemplo, do Mato Grosso. O objetivo

era estabelecê-los em aldeamentos controlados pelo Governo, nas províncias de São Paulo e Paraná.

Fundado em 1845 o aldeamento de São João Batista do Rio Verde será utilizado como ponto de apoio estratégico para o abastecimento e para a formação de outros aldeamentos, na província do Paraná, no entorno dos rios Paranapanema e Tibagi.

Em 1854, vieram para o aldeamento de São João Batista da Faxina (ou do Rio Verde) 200 Guarani do aldeamento de São Jerônimo do Jatahy, localizado na Província do Paraná, fugindo dos Kaingang. A chegada de tal número de pessoas, equivalente a um grande agrupamento, causou conflitos dentro do aldeamento, no entanto, ao serem inquiridos a partirem do local, relutaram afirmando que possuíam parentes e amigos que ali moravam. Dois anos depois, a população do aldeamento de São João Batista da Faxina registrou 130 índios.

Em 1869, o Diretor Geral dos Índios Francisco Antonio de Oliveira apontou a ocorrência de onze aldeamentos na província: “*Pinheiros, Mboy, Carapicuíba, Barueri, S. Miguel, Escada, S. João de Queluz, Itaquaquecetuba, S. João Baptista, Itariri e Tijuco Preto*” (Rodrigues et al, 2010).

No final do século XIX, os Guarani estavam sem apoio do Governo e pressionados pelos imigrantes europeus que chegavam cada vez em maior número, munidos de todo um aparato legal que os favoreciam na legitimação enquanto proprietários das terras, até então, de pobres e humildes posseiros ou de índios Guarani.

Como se pode observar, devido às ameaças dos fazendeiros e posseiros, que invadiram o território Guarani, o Serviço de Proteção aos Índios não garantiu a posse indígena ao seu território, deixando que os intrusos se fixassem no local. Além disso, funcionários da Inspeção de São Paulo, do

Quadro populacional do aldeamento de São João Batista do Rio Verde

Ano	População	Homens	Mulheres	Fonte
1843	200	-	-	Barão de Antonina
1862	478	-	-	Nimuendaju
1871	306	-	-	Nimuendaju
1883	302	163	137	Diretoria Geral dos Índios
1898	270	-	-	Secretaria da Agricultura
1910	447*	110	102	SPI
1912	150	-	-	Nimuendaju

* 235 crianças de ambos os sexos.

FIGURA 4: Quadro populacional do aldeamento Guarani de São João Batista do rio Verde entre o século XIX e início do XX (Mendes, 1996:81)

SPI e LTN, continuaram a reconhecer a existência das terras indígenas do antigo aldeamento localizadas em Itaporanga, mas também admitiam a inoperância do órgão em administrar bens dos seus tutelados (Rodrigues et al, 2010).

Os Guarani, por sua especificidade, considera todas as terras indígenas Guarani como parte de um único Território, bem como, apresentam uma grande mobilidade dentro deste, haja vista, que pertence a todos.

O fato desta terra ser pequena, como a maioria das terras Guarani, também justifica a migração destes indígenas para territórios reconhecidamente de suas etnia – devido a ancestralidade. É o caso das famílias Ñandeva que reocuparam junto com seus familiares provenientes de Araribá as terras ora reivindicadas em Itaporanga e Barão de Antonina, no estado de São Paulo.

Assim, observa-se, que o Governo Estadual aliado aos interesses da propriedade privada da terra, efetivou projeto de colonização, por meio da expulsão e do esbulho dos povos nativos, os Guarani, de suas terras tradicionais e originárias. Colocando em seu lugar o não-indígena brasileiro e estrangeiro para por em prática a agricultura e a pecuária capitalista. Na desculpa de evitar a sua extinção, causada por agentes epidemio-

lógicos, perseguições, assassinatos, humilhações, imposição de um modo de ser e viver que negava o ser Guarani, foram confinados em pequenos espaços de terras a serem protegidas por servidores públicos sem poder para reagir à política de colonização em andamento. Nesse espaço continuaram a sofrer com as ações dos não-indígenas, mas, assim mesmo, conseguiram manter, a custo, a sua identidade e cresceram populacionalmente (Rodrigues et al, 2010).

PARA CONCLUIR

O território indígena se caracteriza como um espaço fortalecedor de sua identidade étnica e de reconhecimento enquanto pertencente a um universo diverso. Nesse contexto, o modo de ser Guarani Ñandeva se configura pelo sentimento de pertencimento a terra e aos elementos viventes nesse meio, pelo qual concebem a sua visão de mundo. Retomar o território de domínio indígena passa a ser, na atualidade, uma ação fundamental na estruturação das condições necessárias para a própria continuidade da diversidade étnica presente no Estado de São Paulo.

Apesar da distância temporal que as afirmações do presente sugerem, as pesquisas e entrevistas com moradores da região de Itaporanga e Barão de Antonina, no estado de São Paulo, mostram claramente a presença dos Guarani naquelas paragens, ainda em tempo de memória de moradores vivos. Segundo eles, os Guarani viviam ali até por volta de 1950 e foram embora devido ao contínuo fluxo e povoamento de não-índio, além das perseguições a eles infringidas.

Apesar de no passado terem vivido em um vasto território (boa parte do que hoje é a região sul, sudeste e centro-oeste do Brasil), atualmente, devido ao longo processo de colonização do país e a exploração capitalista das terras, o sistema de aldeamentos,

as perseguições de bugreiros, perseguições várias e a própria tutela realizada pelo governo brasileiro, através da criação, em 1910, do órgão SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e, em 1967, da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), os Guarani encontram-se confinados, recolhidos, em pequenas aldeias reconhecidas ou não pela administração federal.

Através de sua organização política, por sua vez, passaram a lutar pela manutenção de sua identidade e retomada de seus territórios, aldeias e aldeamentos, em geral usurpados pelos não-indígenas e, muitas vezes, regularizados pelos Governos Estaduais (caso ocorrido em Barão de Antonina e Itaporanga), em um franco desrespeito a imemorialidade desses povos quanto ao seu direito originário às terras indígenas que lhes são necessárias para sua sobrevivência física e cultural à qual têm direito conforme artigo 231, da Constituição Federal de 1988, na qual é enfática e clara.

O povo Guarani sempre foi da região incerta no vale do rio Itararé onde hoje se encontram os municípios de Itaporanga e Barão de Antonina, haja vista, o território ser por eles reconhecido.

Pelas diversas informações se pode verificar os anos de exploração, perseguições e preconceitos pelos quais passaram os sujeitos desta história – os Guarani. Esse antigo aldeamento se faz presente na memória identitária desse povo, como território ancestral, o que é percebido através de seus depoimentos, da documentação histórica analisada, da vegetação local, dos objetos arqueológicos ali encontrados e demais aspectos de sua cultura, observados por historiadores, antropólogos, biólogos, arqueólogos que realizaram a pesquisa no contexto do vale do rio Itararé.

A região do outrora aldeamento de São João Batista do Rio Verde continuou a servir

de passagem de indígenas que saíram da TI Araribá em direção ao Paraná e do Paraná em direção do litoral do Estado de São Paulo, configurando os deslocamentos naturais de grupos Guarani por seu território.

Hoje, à alternativa de se esconder na mata virgem vê-se apenas a de retomada dos territórios ancestrais, lugar da identidade e da história, da reprodução de seu modo de viver e da possibilidade de existência como sujeitos de fato.

Na memória da população local ainda se recordam do momento no qual os últimos Guarani, que viviam nas matas das proximidades das propriedades rurais, foram embora, devido às pressões dos posseiros e proprietários da região que por meio de cercas e intimidações impediam o acesso do Guarani às terras, rios e matas imprescindíveis à realização de seu modo de ser.

Também é importante destacar que os Guarani possuem uma história de terem sido confinados em pequenos espaços de terras. Partindo da história regional, observa-se que na Terra Indígena Araribá (SP), os Guarani não possuem terras suficientes para minimamente sobreviver, que dirá desenvolver demais aspectos da sua cultura. No caso da Terra Indígena Araribá, a situação se configura pior, tendo em vista, a convivência compulsória de várias etnias indígenas completamente diferentes entre si, além da falta de matas, rios, animais e terra para produzirem, muito frisado nas falas dos Guarani.

A alternativa encontrada pelos Guarani tem sido justamente a retomada de seus territórios ancestrais, na qual, possuem identidade étnica e histórica e que apresentam características físicas, geográficas e biológicas para reprodução de seu modo de viver e, assim, dar continuidade a sua vivência histórica como sujeitos de fato.

Retomar os seus antigos territórios que foram usurpados pelos não-indígenas é mais que um direito do povo Guarani no Estado de São Paulo, garantido pela Carta Magna, a Constituição Federal, é um dever da sociedade atual fazendo justiça histórica com aqueles que tiveram muito a perder para que as cidades fossem criadas e abrigassem seus atuais habitantes tornando-se o lugar que são. *SR*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, V. R. 2008. Awá Nimoetsaidju Vlademir; Lima, Isac da Silva – konumi Mbaé kuaá; Marcolino, Danilo – Awá kwaray Djú. Memórias e lembranças da fundação da aldeia Pyhaú. USP/ FAE/ Secretaria do Estado de Educação/Formação Intercultural Superior dos Professores Indígenas/ TCC. São Paulo.
- AMOROSO, M. R. 1998. Catequese e Evasão: Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de ALCÂNTARA, P. (1855-1895). São Paulo, Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH/USP.
- ARAUJO, A. G. M. 2001. Teoria e Método em arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, estado de São Paulo. Tese de doutorado. Vol. 1. USP/FFLCH/MAE. SP.
- BARÃO DE ANTONINA. 2009. Prefeitura Municipal de Barão de Antonina. Disponível em: <<http://www.baraodeantonina.sp.gov.br>>. Acesso em 08 de agosto.
- BERTO, F. N. 1983. Tentativas de Missões Indígenas (Campos Novos do Paranapanema-SP; Jataí-PR; Rio Verde-MT e Marrecas-SP). Penápolis: Capuchinos de São Paulo.
- BROCHADO, J. P. 1989. A expansão dos Tupi e a cerâmica da tradição Policrômica amazônica. Dédalo, São Paulo, USP, n.º 27.
- BROCHADO, J. P. 1984. **An ecological model of the pread of pottery and agriculture into Eastern South America.** ph.d.dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign, Ann Arbor UMI, Inc.
- ISA – Instituto Sócio Ambiental. Povos indígenas no Brasil: Guarani Nãdeva. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva>
- LADEIRA e COSTA, Z.. 1992. A geografia mítica Guarani, São Paulo.
- LIMA, J. F. T. 1978. A Ocupação da Terra e a Destruição dos Índios na Região de Bauru. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP.
- MENDES, A L. 1996. História indígena no Alto Paranapanema (1802-1912): a disputa pela terra e a exploração do trabalho indígena. In: Revista de Estudos Universitários. Sorocaba: UNISO.
- MORAIS, J. L. 2000. Arqueologia da região Sudeste. In: Revista da USP, São Paulo, n. 44.
- MOTA, L. T. 2007. As populações indígenas Kaiová, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. In: Fronteiras: Revista de História. V. 9 n.º. 16 Dourados. MS.
- NIMUENDAJU, C. U. 1987. As Lendas de Criação e Destruição do Mundo como fundamentos da religião dos Apocúva-Guarani. São Paulo: Ed. USP; Ed. Hucitec.
- NOELLI, F.S. 2000. A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. In: Revista da USP, São Paulo, n. 44.
- NOELLI, F.S. DIAS A. S. 1995. Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guarani. In: Revista do CEPA, 19(22), Rio Grande do Sul.
- NOELLI, F.S. 1993. Sem Tekohá não há Tekó (Em busca de um modelo Etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS), Porto Alegre: PUC, 1993. Dissertação (Mestrado) - PUC-RS, vol. 1.
- PINHEIRO, N. S. 1992. Os nômades: Etnohistória Kaingang e seu Contexto: São Paulo, 1850 a 1912. Assis Dissertação (Mestrado em História) - FCL/UNESP.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. 2000. Problemática arqueológica da ocupação de grupos ceramistas no vale do Paranapanema. In: Terra Indígena. Ano XV, n.º. 81. Araraquara. SP.
- RODRIGUES, R. A. 2001. Cenários da ocupação Guarani na calha do alto Paraná: um estudo etnoarqueológico. Dissertação de Mestrado. USP/FFLCH/MAE. SP.
- RODRIGUES, R. (Org.). 2010. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação das Terras Indígenas Guarani de Itaporanga e Barão de Antonina. FUNAI. Brasília.
- RODRIGUES, S. S.. 2003. Kaingang, Oti-Xavante e Guarani no Povoamento do Vale do Paranapanema. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) – PUC/SP.
- SAINT-HILAIRE, A. 1972. Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. São Paulo: Livraria Martins Ed.; Ed. Da USP.
- SANTOS, J. V. e FACCIO, N. B. 2007. Geografia e Patrimônio Arqueológico. In: Tópos. FCT/UNESP. V. 1 n.º. 2. Presidente Prudente. SP.